

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.479.702 - RJ
(2019/0092413-9)**

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
EMBARGANTE : UNIÃO
EMBARGADO : LANDER LUIS CARVALHO DE MORAES
ADVOGADOS : LEONARDO DE CARVALHO BARBOZA - RJ116636
NELSON MENDES DA SILVA - RJ158076
THIAGO COSTA SERRA NUNES E OUTRO(S) - RJ198650

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos pela União contra decisão que conheceu do agravo da parte adversa para não conhecer do recurso especial.

A embargante alega omissão no julgado, sob o argumento de que, muito embora o apelo nobre tenha sido interposto na vigência do CPC/2015, não houve fixação dos honorários advocatícios recursais.

Impugnação da parte contrária às e-STJ, fls. 358/361.

É o relatório.

O presente recurso não merece conhecimento.

Observa-se que a insurgente opôs dois embargos de declaração em 8/7/2019, o primeiro às 8h18min23s e o segundo, que ora se analisa, às 8h18min47s, questionando mais de uma vez a decisão que conheceu do agravo da parte adversa para não conhecer do recurso especial.

Tendo em vista o princípio da unirrecorribilidade das decisões judiciais e a ocorrência da preclusão consumativa, os quais impedem que contra uma única decisão seja manejado mais de um recurso pela mesma parte, não se pode conhecer dos presentes aclaratórios.

A propósito:

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE. PRECLUSÃO CONSUMATIVA.

1. Interpostos dois recursos pela mesma parte contra a mesma decisão, não se conhece daquele apresentado em segundo lugar, por força do princípio da unirrecorribilidade e da preclusão consumativa.

2. Agravo regimental não conhecido.

(AgRg no AREsp 191.042/RS, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/6/2014, DJe 25/6/2014)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. INTUITO MERAMENTE MODIFICATIVO DO ACÓRDÃO EMBARGADO.

Superior Tribunal de Justiça

NÃO CABIMENTO DOS ACLARATÓRIOS.

1. Conforme a jurisprudência consolidada no âmbito desta Corte, a interposição de dois recursos pela mesma parte contra a mesma decisão impede o conhecimento do segundo recurso interposto, haja vista a preclusão consumativa e a observância ao princípio da unirrecorribilidade das decisões. Precedentes.

[...]

4. Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa.

(EDcl nos EDcl no AgRg no REsp 1.087.140/TO, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 4/10/2011)

Ante o exposto, não conheço dos embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.



Ministro Og Fernandes
Relator